

O Inquérito à Fecundidade, realizado em 2013, resultou de uma parceria entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS).

O momento para apresentação da totalidade dos resultados do Inquérito, em Junho de 2014, é por demais oportuno. Nunca Portugal registou tão poucos nascimentos como actualmente e os níveis de fecundidade são já dos mais baixos do mundo.

Os dados oficiais, agora publicados, constituem um contributo essencial para o mais rigoroso conhecimento dos padrões de fecundidade em Portugal, bem como para a compreensão das percepções e dos constrangimentos que pesam sobre a decisão, das mulheres e dos homens, de ter ou não filhos.

São inúmeras as questões sobre a fecundidade que podem ser esclarecidas com a análise da informação disponibilizada. Seleccionaram-se aqui onze perguntas simples, às quais se tentou responder de forma directa, com base nos documentos oficiais publicados.

1. A população de Portugal não tem um número elevado de filhos porque não pode ou porque não quer?

É mesmo porque não quer. A intenção e o desejo de descendências numerosas não existe para a esmagadora maioria da população. Em média, as pessoas pensam vir a ter no máximo 1,8 filhos e desejam ter 2,3 filhos.

2. A população de Portugal está a desistir do projecto de parentalidade?

Não. Apenas 8% dos residentes no período fértil em Portugal (7% das mulheres e 9% dos homens) não têm nem pretendem vir a ter filhos. Aliás, no âmbito europeu, Portugal não é um país com elevadas proporções de pessoas nesta situação, denominada por *childlessness* definitivo (valores extremos: 1,2 % na Bulgária e 18 % na Holanda).

Portugal parece, assim, não se caracterizar pela desistência absoluta do projecto de parentalidade. Ter pelo menos um filho é uma ambição da maioria das pessoas.

Contudo, o foco no filho único afigura-se como um traço saliente da fecundidade em Portugal: a maioria dos nascimentos em Portugal já são primeiros filhos e, independentemente do número de filhos que se tem, a larga maioria dos homens e mulheres em

Portugal com menos de 30 anos concorda com a premissa: “ter apenas um filho é preferível a ter mais filhos, para que aquele possa ter mais oportunidades”. Nas gerações mais velhas, as percentagens de concordância com esta afirmação são menores.

3. A fecundidade em Portugal deverá continuar a diminuir?

Provavelmente não. Como o número médio de filhos que as pessoas têm é inferior ao que tencionam ou desejam ter, há uma possibilidade de aumento dos níveis de fecundidade no futuro.

Esse potencial de futuros nascimentos envolve quase metade da população em idade fértil, a qual tenciona vir a ter filhos. Entre as pessoas que tencionam ter filhos, a maioria ainda não tem qualquer filho, estando a população mais jovem (menos de 30 anos) particularmente representada nesta situação.

4. É verdade que as gerações mais novas esperam vir a ter menos filhos?

Não. Embora, como é natural, os menos jovens tenham mais filhos por comparação às outras idades, a fecundidade final esperada dos mais jovens (menos de 30 anos) é ligeiramente superior: de 1,9 filhos para as mulheres e de 1,8 filhos para os

homens, enquanto no caso do grupo 40-49 anos é de 1,7 filhos, tanto para os homens como para as mulheres.

Porém, a consideração do efeito de adiamento da entrada na maternidade/paternidade é útil, pois a principal parcela da fecundidade esperada dos mais jovens é intencional (não concretizada). Assim, a maioria dos que não tiveram filhos, que são os mais jovens (menos de 30 anos), admitem vir a ter o 1º filho em idades mais tardias do que aqueles que já tiveram filhos: para quem já teve filhos, a idade média com que se teve o 1º filho foi de 26 anos, mulheres, e de 28 anos, homens; no caso de quem espera vir a ter pelo menos 1 filho, mas que ainda não o teve, a idade máxima admitida para o ter é de 31 anos, no caso das mulheres, e de 33 anos, quando se trata dos homens.

5. É verdade que o casamento legal pode potenciar a fecundidade?

Não. O que parece fazer a grande diferença em termos dos filhos que se tem, se espera ter e se deseja, é viver ou não com o/a companheiro/a, ou seja, ter uma relação conjugal estável, independentemente do laço jurídico.

Assim, são as pessoas que não vivem com o cônjuge ou companheiro (a) que, não só têm menos filhos, como revelam níveis de fecundidade final esperada ou desejada mais baixos.

6. É verdade que a elevada qualificação escolar diminui o desejo de ter filhos?

Não. Embora quem tenha mais filhos sejam as pessoas menos escolarizadas, são os mais qualificados – com ensino superior - que desejam, em média, ter mais filhos, tanto homens como mulheres. As pessoas menos escolarizadas revelam, também, intenções mais baixas de vir a ter filhos no futuro.

A maior escolaridade pode, assim, não implicar um menor desejo de maternidade/paternidade, mas influi no adiamento do projecto de parentalidade. Com efeito, com o aumento da escolaridade, há também um aumento, tanto da idade com que se tem o 1º filho, como da idade máxima com que se admite vir a tê-lo. Esta premissa é válida para as mulheres e para os homens. Desta forma, para quem tem o ensino superior, a idade máxima admitida para se ter o 1º filho atinge valores particularmente elevados: 33 anos, para as mulheres, e 35 anos, para os homens.

7. É verdade que nas zonas mais rurais o desejo de ter filhos é maior?

Não. As pessoas que vivem em áreas menos povoadas têm, em média, mais filhos do que as pessoas que vivem em áreas mais povoadas. Contudo, são as áreas mais densamente povoadas que observam níveis mais elevados de fecundidade desejada. Por outro lado, ficamos a saber que as mulheres residentes em Lisboa têm em média menos filhos (0,98) do que nas outras regiões do país e que é na Região Autónoma dos Açores que as mulheres têm mais filhos (1,27) em média. Contudo, quanto às intenções e desejo de filhos, a região de Lisboa é aquela onde os valores são mais altos.

8. É verdade que existem diferenças significativas entre mulheres e homens em opções de fecundidade?

Globalmente não. Os níveis de fecundidades final esperada e desejada dos homens e das mulheres não são substancialmente diferentes.

9. É verdade que não existe verdadeira partilha de responsabilidades entre mães e pais?

É verdade, mesmo no caso das gerações mais jovens. Por exemplo: sobre a partilha de tarefas com as crianças, conclui-se que quem se encarrega, no essencial, dos cuidados essenciais dos filhos é fundamentalmente a mulher-mãe, a qual, quando muito, partilha essas tarefas com o cônjuge. Pelo menos nas tarefas que mais colidem com o trabalho, como por exemplo: “ficar em casa quando os filhos estão doentes” ou “levar as crianças ao médico”. Também na relação paternidade/maternidade e mercado de trabalho se notam diferenças entre sexos. Tanto os homens como as mulheres consideram maioritariamente que a opção ideal para o pai é trabalhar a tempo inteiro fora de casa. Para as mães, a maioria das respostas – de homens e de mulheres – refere, para esse mesmo ideal, a situação de trabalhar a tempo parcial fora de casa ou de, no caso dos indivíduos menos jovens, pura e simplesmente não trabalhar. Isto, apesar de se reconhecer maioritariamente, em especial nos grupos mais jovens, que uma mãe que trabalhe fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalhe em casa.

10. É verdade que a fecundidade aumenta com os níveis de rendimento?

Não. A variação da fecundidade realizada, esperada e desejada não acompanha a variação dos rendimentos. De uma análise inicial dos resultados apenas sobressai que as pessoas de mais baixo rendimento (1º decil da distribuição) já têm, esperam e desejam um número médio de filhos superior aos observados em qualquer outro escalão de rendimentos.

11. A fecundidade deve ser publicamente incentivada?

Sim, de acordo com a opinião expressa pela quase totalidade das pessoas. Os eixos de actuação política considerados em destaque foram:

- Em 1º lugar: **o aumento do rendimento económico** (onde se inclui, para as famílias com filhos: a redução de impostos; o aumento dos subsídios relacionados com educação, saúde, habitação e alimentação; ou o aumento das deduções fiscais);
- Em 2º lugar: **a facilitação das condições de trabalho para quem tem filhos** (onde se inclui a oportunidade de trabalho a tempo parcial, os períodos de licença de maternidade e de paternidade mais alargados e a flexibilidade de horários para quem tem crianças pequenas).

Assim, o conjunto de medidas de política para incentivar a natalidade que mais sobressaiu foi o que inclui “aumentar os rendimentos das famílias com filhos” (sendo os homens que mais reconhecem esta medida como “a mais importante”) e “facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias” (sendo as mulheres que mais reconhecem esta medida como “a mais importante”). Sobre os factores que se podem constituir como bloqueios ao nascimento de filhos, “os custos financeiros associados a ter filhos” e “a dificuldade para conseguir emprego” foram considerados os mais importantes.

Contudo, apesar de reconhecida a importância das políticas públicas de incentivo à natalidade, as decisões de parentalidade são muito comandadas por imperativos do foro pessoal e privado. Na realidade, os motivos considerados como mais importantes para a decisão de se vir a ter filhos, independentemente de as pessoas já serem mães ou pais, foram: “ver os filhos crescer e desenvolver-se”, “realização pessoal” e “ver a família aumentar”.

Estas são, em suma, algumas das leituras que os resultados do Inquérito à Fecundidade 2013 sugerem.

A informação oficial, agora disponibilizada, ocupa um lugar essencial no pensamento sustentado sobre o presente e o futuro

da fecundidade em Portugal, abrindo múltiplas possibilidades para análises mais profundas sobre os comportamentos de fecundidade por parte das mulheres e homens, bem como das determinantes das opções e decisões individuais de ter ou não filhos em Portugal.

30 de Junho de 2014

Maria João Valente Rosa
Responsável científica pela área da FFMS "População" e Directora
da Pordata